

GEOGRAFIA

INTRODUÇÃO

O desafio que se coloca hoje à educação escolar abrange uma série de situações que vão desde como a escola se situa perante as determinações sociais, até a postura daqueles que efetivamente conduzem o processo educativo no interior das instituições.

Atualmente a escola concorre, em condições de visível desigualdade, com uma série de outros elementos sociais e, em especial, com os meios de comunicação de massa, que atingem, com maior dinâmica e perspicácia, todas as dimensões sociais.

Repensar currículo, metodologias e recursos tem sido a tônica da grande maioria das escolas em todos os ramos e graus de ensino. O objetivo de todo esse esforço se justifica pelos baixos resultados que a educação formal tem obtido, seja no aspecto da permanência do aluno na escola, no desempenho de aprendizagem, seja na qualidade dos profissionais egressos do ambiente escolar. É na perspectiva de se produzir uma educação com maior qualidade que situamos o ensino de Geografia, como responsável pelo estudo do espaço construído pelos homens em relação com a natureza. O compromisso social da Geografia define-se por sua responsabilidade em estimular o pensamento crítico/reflexivo sobre o meio em que vive o aluno.

Se toda luta da escola hoje está baseada na construção de uma sociedade cidadã e se essa cidadania passa necessariamente pela formação social e política dos sujeitos, então a Geografia deve contribuir significativamente para a concretização desse postulado.

O elemento pedagógico no ensino de Geografia realmente constitui um fator significativo, uma vez que proporciona a forma e a dinâmica do ato educativo. O pedagógico é visto aqui enquanto elemento social e político da ação educativa concretizada por atitudes planejadas, portanto intencionais e caracterizadas por objetivos e meios previamente determinados.

Se pretendemos um ensino de Geografia fundamentado numa concepção científica onde o espaço geográfico é produzido e organizado pelo homem, e se estudar essa produção supõe perceber as relações que os homens desenvolvem entre si e com o meio, a forma(método), como se desenvolve o processo de estudar também é decisivo para a verdadeira apropriação dos significados e sua contextualização. Por isso, o professor de Geografia deverá ser o mediador entre o conhecimento geográfico (produção cultural) e o aluno (sujeito da produção cultural) facilitando o processo de compreensão das relações sociedade-natureza, numa perspectiva sempre crescente de apropriação e saber.

É imprescindível que o professor de Geografia tenha clareza dos processos pedagógicos que se manifestam na educação formal, especialmente compreenda o significado dos paradigmas teórico-metodológicos que embasam a educação atual, pois toda filosofia do trabalho docente fundamenta-se na percepção político-ideológica dos processos sociais que se manifestam diretamente na educação.

Esta percepção torna-se ainda mais significativa se considerarmos que o conhecimento geográfico está intrinsecamente comprometido com as questões de ordem histórica, sócio-política e econômica que se manifestam no contexto da sociedade.

O processo escolar deve considerar os avanços da ciência geográfica, principalmente no que se refere às profundas transformações pelas quais tem passado o mundo atual, como forma de compreensão desta realidade que é o espaço de vida de seus alunos.

A CONCEPÇÃO DE GEOGRAFIA: novas contribuições

A partir de um trabalho de reformulação curricular, iniciado em 1988 e desencadeado pela SED-SC – Secretaria de Estado da Educação e do Desporto de Santa Catarina, estamos hoje diante de um novo momento histórico, que nos faz repensar a teoria e a prática pedagógica na área de Geografia.

O questionamento sobre a prática fez com que o professor buscasse novos caminhos. Sentiu-se no

decorrer do processo uma mudança considerável na sua postura. Este profissional, habituado a tratar dos conteúdos de sua disciplina de forma fragmentada, onde os aspectos físicos e os humanos permaneciam desarticulados, viu-se diante de uma situação conflitante.

O processo assim posto, provocou nas práticas de ensino de Geografia, um questionamento sobre a postura profissional do professor frente a sua disciplina, gerando reflexões permanentes, contraditórias ou não; essas podem estar referidas a dois níveis: um deles, especificamente à Geografia, que diante o processo de globalização deve repensar a sua prática de estudar os lugares e o mundo, incorporando novos e rediscutindo velhos conceitos, a fim de dar conta desse novo cenário mundial; um outro, referente à LDB, que propõe alterações na estruturação do ensino e no encaminhamento da aprendizagem.

Na busca de uma nova postura frente ao processo de aprendizagem, com base na Proposta Curricular, o professor de Geografia transforma sua prática, desconsiderando, ainda, muitos aspectos fundamentais. A Geografia hoje, nas escolas, difere da trabalhada anteriormente. Por outro lado, muitos conceitos, habilidades e metodologias indispensáveis para o entendimento das ciências geográficas não ficaram explícitos no primeiro documento de Proposta Curricular Catarinense.

Isto ocorreu pelo fato do não aprofundamento e entendimento dos pressupostos teóricos, filosóficos e metodológicos norteadores, fato que ocasionou a dicotomia teoria e prática na sala de aula, gerando o distanciamento entre o saber popular (senso comum), e a relação com o conhecimento cientificamente produzido.

A nossa posição diante do exposto é a de colaborar para uma interpretação adequada das concepções de Geografia da Proposta Curricular, visando um avanço efetivo do processo de aprendizagem no cotidiano escolar.

Neste sentido, temos como objetivo central:

Possibilitar a efetiva implementação da Proposta Curricular para transformação da escola pública em local no qual ocorra apropriação, elaboração e reelaboração do conhecimento científico, erudito e universal, de forma sistemática para a formação da cidadania do educando. (SANTA CATARINA, Proposta Curricular – 1991)

Esse avanço no processo de aprendizagem vem sendo acompanhado também por mudanças em alguns livros didáticos de Geografia. Estes passaram nos últimos anos por transformações nas formas de abordagem de conteúdos, impulsionados tanto pelas mudanças das relações no mundo atual, quanto pelas pressões das propostas curriculares nacionais e pelas produções acadêmicas.

O importante não é denunciar apenas, mas partindo da teoria, conhecer a realidade e planejar uma ação. Denunciar que o livro didático mente, traz implicações seríssimas: vamos fazer um livro que fale a verdade! Mas nasce a pergunta: é possível? (FARIA, 1994 p.9)

Porém, ainda que continuemos questionando a utilização dos livros didáticos como instrumento de alienação nas salas de aula, sua utilização deve ser entendida como um instrumento de apoio à prática pedagógica, pois todo livro didático traz sua concepção geográfica. Queremos usar o livro didático como instrumento de intermediação para o desenvolvimento da nossa proposta.

Reiteramos as concepções da Geografia na proposta curricular, pois entendemos que elas são imprescindíveis para o entendimento da sociedade em que vivemos, buscando a superação das contradições da própria sociedade:

A Geografia que propomos seja ensinada deriva de uma concepção científica em que o espaço geográfico é produzido e organizado pelo homem. Conceber a Geografia como estudo da organização do espaço pelas comunidades humanas, significa estudar as relações que os homens desenvolvem no e com o meio: pressupõe o conhecimento de como os homens em suas relações com outros homens se apropriam da natureza, pensam, produzem e organizam o espaço ao longo dos tempos (SANTA CATARINA, Proposta Curricular – 1991)

A Geografia no Brasil teve, na década de setenta, uma efervescência de movimentos de mudança,

que culminaram em 1978 com o Encontro Nacional da AGB em Fortaleza, onde os ideais pragmáticos até então predominantes passaram a ser questionados por novas concepções fundamentadas no Materialismo Histórico. Essa concepção nos permite:

... a passagem da imagem caótica do real para uma estrutura racional, organizada e operacionalizada de um sistema de pensamento. A primeira etapa deste método é, pois, a busca de elementos essenciais comuns que estruturam o real. A perspectiva marxista encontra no método materialista-histórico o instrumento capaz de projetar a percepção para além do fenomenológico, fazendo sobressair as verdadeiras essências escondidas atrás das aparências. A realidade última é, portanto revelada por intermédio da razão, que reconhece no movimento caótico da sociedade, os fatores fundamentais de sua organização e de seu desenvolvimento (GOMES, 1996, p. 281.2)

A década de oitenta foi caracterizada pela produção de uma Geografia comprometida com os anseios da sociedade, autodenominada Geografia Crítica. Na escola pública, estas idéias foram divulgadas principalmente por propostas curriculares, em diversos estados e municípios brasileiros, modificando consideravelmente as práticas educacionais.

O compromisso social deve ser maior do que o interesse pessoal, que vivemos, nesta última década do Segundo Milênio, um dos momentos das transformações mais agudas da sociedade, e a Geografia nasceu não só como uma ciência social, mas também como uma ciência eminentemente política. (ANDRADE, 1994, p.55.6)

Neste sentido, várias experiências na área de ensino da Geografia vêm acontecendo pelo Brasil. A partir dessa base teórica diversas propostas alternativas estão surgindo e oferecendo maiores possibilidades de entendimento das transformações que a sociedade atual enfrenta, tornando a disciplina mais significativa para a compreensão da realidade social.

Diante disso, a Geografia que deve ser ensinada é a que concebe o espaço geográfico como produção do homem, num processo de construção social que é dinâmico e contraditório. Como produto do trabalho humano, ela também é influenciada pelos processos contraditórios de transformação da própria sociedade, e das formas de apropriação da natureza.

Nos anos noventa gestam-se outras perspectivas de Geografia, no entanto ainda não efetivamente traduzidas como práticas de sala de aula.

A Geografia a ser ensinada hoje é uma ciência que estuda aquilo que é marcado no território, que expressa o espaço como resultado das lutas, das disputas, do jogo de interesses e de poder dos povos, das sociedades, e dos homens. Homens concretos, historicamente situados no espaço e no tempo, não apenas na dimensão de uma extensão (horizontalidade), mas na sua condição de posicionamento social (verticalidade) numa sociedade hierarquizada, compreendendo sua identidade de classe.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Os pressupostos teóricos que constituem o referencial para o trabalho de Geografia devem ser salientados no sentido de que se tenha um pano de fundo que fundamente tanto a investigação geográfica quanto a disciplina que é componente curricular da Educação Básica.

Considerando que a Geografia é uma ciência social, há que se perceber as decorrências disto, visto que se estuda a sociedade e a natureza. Aí já reside um aspecto fundamental que dá à Geografia seu caráter social, expressa na forma como é considerada a natureza, não apenas em seus aspectos físicos, mas na possibilidade de sua apropriação pelo homem. A realidade é uma, e cada ciência a interpreta, a partir do que sejam os seus pressupostos, o seu *fazer específico*. E o da Geografia é ter o *olhar espacial* desta realidade. Este olhar espacial é o modo com que se interpreta a realidade, que se busca conhecê-la e compreendê-la.

Ao analisar o espaço construído como o resultado das relações entre os homens, considera-se a materialização/concretização destas relações. Ao se materializarem, dão características específicas ao território, que deve ser considerado em sua dimensão interna e na sua contextualização. No entanto, este

espaço não pode ser entendido apenas como suporte, palco onde acontecem fatos, mas também, como parte do processo de organização. Tudo o que está estruturado nele, seja social, econômico, cultural, assume, com o natural, as características do lugar.

Nossa premissa baseia-se no pensamento de (CARLOS, 1994 e 1996), que entende que o estudo de um fenômeno lugarizado reproduz a mesma lógica da totalidade, mesmo em diferentes escalas, sem com isso perder as particularidades da história. Na produção do lugar encontram-se as mesmas determinações do espaço como um todo. No entanto, para a determinação do processo espacial de produção a partir de uma parcela determinada, deve-se levar em conta a sua relação com a totalidade. Esse ponto de vista tem sua origem na visão da realidade concreta e total, no qual só entendemos as partes a partir do entendimento do todo ao qual pertencem.

No mundo em processo de globalização, a discussão sobre o estudo do lugar nos parece indispensável. O lugar no/do mundo globalizado é atingido por redes articuladas que intervêm na sua história. Cada lugar se organiza em função de uma cultura, uma tradição, suas línguas e seus hábitos. Essas características são constituídas por influências internas e externas, que vão ser produzidas em consonância com o processo global. No entanto, o local é a escala da produção e reprodução da vida, e precisa ser analisado sob a tríade: habitante, identidade e lugar. O espaço local é aquele em que ocorre a produção e a reprodução da vida cotidiana, apropriada, vivida, tornando-se de fácil apreensão. A análise do espaço local nos faz apreender as relações conflituosas e problemáticas do cotidiano, que hoje é estabelecido a partir da constituição da sociedade mundial.

Na medida em que se entende significativo estudar o lugar, é fundamental compreender que ele é do mundo ou o mundo se expressa nele. Assim, é necessário perceber que qualquer lugar está localizado (situado) num contexto maior, que pode ser a vizinhança contígua e/ou o mundo, com os quais se estabelecem as relações.

A partir das relações de produção geram-se as forças que impulsionam a organização social no sistema capitalista. Neste sentido, o processo de acumulação do capital influi diretamente na estrutura espacial, produzindo e reproduzindo o espaço. O espaço torna-se um conjunto de usos da terra, por vezes contraditórias, refletindo claramente o grau de desenvolvimento das forças produtivas.

O capital pode ser acumulado de diversas maneiras, em diversos locais e tempos. Na análise da produção do espaço, devemos levar em conta que o processo não é comum em todos os lugares, tampouco é estático, pois transforma-se a cada momento. Por isso, existem espaços diferenciados que assumem características particularizadas. Isso ocorre pelo jogo de forças entre os homens do próprio lugar, e de outros lugares, e das formas de uso/apropriação da natureza e da própria forma como ela se apresenta (Zona da Mata, litoral, campos, área montanhosa).

A dinamicidade do espaço é proporcionada pela estreita ligação com a sociedade, tornando-se um perfeito retrato das ações que se realizam no presente, aliadas às marcas das ações passadas.

O caráter dinâmico da vida humana materializada no espaço expressa as contradições sociais, culturais, políticas, religiosas, e fragmenta o espaço, como se percebe, por exemplo, nas áreas urbanas. A temporalidade dos processos espaciais determina, por exemplo, que áreas hoje desvalorizadas numa cidade – na medida em que vão crescendo, urbanizam-se, ganhem infra-estrutura – aumentem o valor do solo. O inverso também ocorre, pois áreas centrais valorizadas, no decorrer do tempo, devido a deterioração da qualidade de vida por elas oferecidas, vão perdendo seu valor.

Um outro aspecto importante a levar em conta reside no fato de que a produção espacial é desigual, na medida em que o espaço é fruto da produção social capitalista que se realiza e se reproduz desigualmente, privilegiando determinadas classes e marginalizando outras.

Tal dinâmica conduz à reestruturação das áreas já ocupadas, movimentando atividades e habitantes, bem como à incorporação de novas áreas que interessam à expansão do espaço ocupado.

Cada lugar é resultado de um jogo de forças que é desencadeado a partir do modo como os homens vivem e trabalham e das características internas que apresenta, que são resultado das condições naturais e das várias relações internas, de um lado, e de outro lado, dos impactos gerados a partir das influências que vêm de fora. Na análise de um lugar, deve-se considerar estes dois níveis de interferência: o interno e o externo. Em decorrência, um lugar não pode ser estudado isolado do contexto em que está.

A escala social é fundamental em qualquer análise geográfica, ou por outra, é fundamental que ao estudar um lugar sejam considerados os demais níveis da escala social de análise: o local, o regional, o nacional e o

mundial. Cada lugar estudado deve ser considerado não como o único, mas no conjunto, quer dizer, como o lugar de concretização das relações universais/globais.

De acordo com Corrêa (1997) um dos temas mais questionados atualmente na Geografia diz respeito ao conceito de região. Tanto a chamada geografia radical quanto a humanista, a política e a cultural, fazem referências a este conceito. No livro *Trajetórias Geográficas*, Corrêa (1997) utiliza a classificação de Gilbert para a conceituação de região, desenvolvida após 1970. Cabe aqui, rapidamente rever as visões que aí aparecem.

A primeira, fundamentada numa visão materialista histórica, concebe a região como espaço de materialização dos processos sócio-espaciais, tendo a existência de uma economia de mercado como premissa básica. Nesta visão a região reflete os conflitos existentes na divisão do trabalho e das disputas político-ideológicas e econômicas. A segunda, utilizada sobremaneira pela Geografia humanista e cultural, concebe a região como espaço vivido, ou seja, a relação que um grupo social mantém com o seu lugar de vivência. Com isto, podemos conceber que a região apresenta uma identidade, possuindo sua particularidade. A terceira dá uma visão eminentemente política para o conceito de região. Nesta linha, cada região possui um distinto poder que a diferencia das outras. O poder e a dominação são elementos essenciais para a sua determinação. O pluralismo conceitual, emergente a partir de 1970, tem em comum a idéia da diferenciação de área. Esta discussão conceitual vem à tona exatamente quando o mundo, em processo de globalização, percebe a antítese da lugarização. É exatamente esta região diferencial, particular, que buscamos retratar aqui. Uma região ao mesmo tempo fragmentada e intensamente articulada.

A região continua sendo uma categoria de análise da Geografia, porém, como se percebe, ela supera e desconsidera o uso da antiga região natural a partir dos critérios físicos.

Neste sentido, nas regiões catarinenses observam-se duas dinâmicas: uma restrita às relações de interdependência entre regiões vizinhas, intra-regional, como é o caso da integração na produção agroindustrial do Oeste, e outra mais abrangente, a inter-regional, como a relação entre a região produtora agroindustrial no Oeste e o litoral, para exportação.

O outro nível da escala de análise é o nacional. É necessário que se tenha sempre presente a dimensão da formação sócio espacial em qualquer análise que se faça, pois é neste nível que são definidas as políticas públicas, e que existem as regras a que se subordinam as populações. Este nível de análise perpassa os demais. Ao mesmo tempo que se estuda o lugar ele tem de estar referido a uma identidade nacional, que é, por exemplo: o Brasil, a sua história, o seu espaço, acontecendo num determinado ponto do território

Nesta linha de raciocínio, a paisagem é a aparência do espaço construído. É a forma que o território *mostra, aparenta*, tudo o que ficou registrado nele como resultante do processo desencadeado. É no estudo geográfico da paisagem, o momento de se perceber, reconhecer a aparência possível de descrever. Porém não se pode ficar restrita a ela, devem ser buscadas as explicações que a produziram.

O espaço como resultado da produção social dos homens traz em si a materialização de um jogo de forças, que ganham significado a partir das relações de poder.

É de suma importância levar em consideração o micro-espaço do poder, que é o espaço do indivíduo, seu lugar de interação social. É onde ele se identifica e se faz valer nas regras pré-estabelecidas, modificadas quando de sua interação, apropriação de bens de produção, conhecimento, enfim da sua cidadania que se autodetermina frente ao espaço de relações sociais de poder. E assim chegar a entender no âmbito do macro espaço, em dimensões maiores, que mais indivíduos ocupam e se relacionam; espaço este, que precisa de relações baseadas em normas e leis, que delimitam territórios interligados de poderes. Identifica-se assim o espaço do município, do estado, do país, das empresas nacionais e transnacionais, dos poderes políticos, econômicos, sociais e religiosos dos países, instituições, organizações, etc.

A população, o território e os recursos são máquinas do poder utilizadas pelo Estado e grupos dominantes. As instituições religiosas, escolares, familiares, jurídicas, políticas, sindicais, de informações e culturais são aparelhos ideológicos que fortalecem os domínios de poder do Estado e dos grupos dominantes, fazendo o jogo da subordinação na medida em que os grupos são organizados ou na subjugação na medida que não são organizados.

A família, por sua vez, desempenha outras funções, pois ela intervém na reprodução da força de trabalho e também é produtora de trabalho, como de consumo, dependendo do modo de produção, estabelecendo relações de poder macro e micro. Essas relações são matizadas pelos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação, pelo marketing, pelas igrejas, crenças, escolas, cultura...

A escola, como espaço de relações de poder, está localizada num lugar geográfico determinado por interesses diversos e por ela passam pessoas com diferentes níveis econômicos, profissões, conhecimento, tipos de família, moradias, crenças, num contexto de muitas tradições. Nesse espaço de relações sociais de conhecimentos, ideologias é que acontece a exclusão, ou a inclusão, no processo de ensino. Cabe à escola clarear as relações de poder, instrumentos, trunfos que estão sob domínio das estruturas que comandam o espetáculo global/local ou vice-versa. E a partir daí o educando sinte-se capaz de transformar as relações sociais pelo seu trabalho, estudo, inovações, técnicas e detenção de suas forças coletivas voltadas para os interesses comuns da maioria.

Para além de se perceber esta dimensão de poder que se faz presente tanto no micro como no macro-espaço, é necessário considerar que a aparência do espaço (paisagem) revela essas relações. Esta aparência tem de ser investigada para se verificar os motivos que a originaram. Por isso, na análise geográfica deve-se considerar sempre a dimensão histórica, para buscar os motivos, as explicações. A história se faz presente tanto no macro-espaço, no espaço das formações sócio-espaciais, quanto no micro-espaço, no lugar de encontro e vivência diária. É a dimensão do cotidiano que deve ser incorporada aos estudos de Geografia, seja para compreender a realidade concreta do dia-a-dia, seja para dar conta de teorizar sobre ele. Ou ainda: compreender como fatos globais, nacionais, regionais têm a ver com explicações de questões muito próximas de nós.

Como afirma Santos (1996), vivemos num mundo aparente no sentido de abrangência de nossas relações. Cada lugar é, a sua maneira, o mundo. Mas também cada lugar torna-se exponencialmente diferente dos demais. A vida cotidiana faz então esta mediação: da tentativa de consolidar, configurar o espaço, dominando-o no tempo, à multiplicidade de escolhas, maneiras de viver, situações vividas, etc. A análise do processo de produção do espaço nos coloca diante de profundas transformações possíveis de serem apreendidas no plano do vivido. O cotidiano diz respeito ao encadeamento de ações que se desenvolvem num espaço e tempo ligados à produção das relações sociais. A Geografia não pode ignorar as contribuições do cotidiano para a produção do conhecimento. Deve-se considerar a bagagem cultural de cada indivíduo, elemento fundamental na construção do processo social.

Santos (1996) complementa dizendo que vivemos um tempo de mudanças aceleradas. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais intensa que a produção. Não só os homens mudam de lugar como migrantes, mas também os produtos, as imagens, as idéias. Tudo acontece muito rapidamente. Há uma produção acumulada que será sempre suporte para elaboração de novos referenciais cotidianos. A memória olha para o passado. A consciência olha para o futuro. Quanto mais inovador for o espaço, mais surpreenderá o indivíduo.

Daí a importância de se valorizar este conhecimento, acumulado de modo espontâneo, como impulso ao aprimoramento dos processos de pensamento e da capacidade de aprender. O conhecimento vai sendo construído na interação com o meio. Um influencia o outro e essa interação acarreta mudança no indivíduo. É nas relações cotidianas que o ser humano vai construindo suas características (seu modo de agir, de pensar, de sentir) e sua visão de mundo. No ambiente escolar as contribuições trazidas pelos alunos devem ser partilhadas e acrescidas mediante a contribuição do professor, que aprende e ensina na construção desse cotidiano cada vez mais enriquecido.

Essa compreensão permite responder as perguntas e necessidades do aluno na medida em que supera a dicotomia artificializada (e construída muitas vezes ideologicamente) de separação entre os aspectos físicos e humanos do espaço. Por muito tempo trabalhou-se com uma Geografia que fragmentava o espaço, que acentuava aspectos de Geografia Física como se fossem as ciências específicas; por exemplo: climatologia, geologia, geomorfologia, etc. Partia-se, além disto, de uma concepção de que o conhecimento da natureza era inquestionável. Era a parte científica e imutável da Geografia, era a parte de *ciência exata*.

Ao entender-se a Geografia como uma ciência social, há que se considerar as questões da natureza nesta perspectiva: elementos como o relevo, a vegetação, o clima, os rios etc. não têm uma formação e transformação independente do homem, das relações que acontecem na sociedade, portanto não há como analisá-los independentemente desta. Por exemplo, partindo-se de um lugar, ao procurar entender como ele se organiza, quais são os processos que ocorrem, qual o uso que o homem, o grupo social faz do espaço e da natureza, pode-se encontrar o caminho para estudar as questões da chamada Geografia Física. Não mais como aspectos anteriores ao homem, mas como resultado e motivo de como os grupos sociais convivem e produzem o espaço em que habitam.

Ao estudar uma área em suas características naturais como a base física do processo de ocupação e as transformações ocasionadas pelo uso social do espaço estar-se-á oportunizando o tratamento e a compreensão dos vários conceitos específicos da tradicional parte física da Geografia. O aluno compreenderá o que é um rio, um riacho, uma área de inundação, um planalto, uma planície, uma vertente íngreme, a formação rochosa, etc... a partir da realidade concreta e não a partir de conceitos prontos, idealizados e distantes da sua vivência cotidiana.

A superação da dicotomia físico/humano da Geografia é urgente e se faz necessária por dois motivos pelo menos: a) não é possível fazer uma análise geográfica desconsiderando a dimensão da natureza na produção do espaço; b) não é mais possível fazer-se a fragmentação do espaço em físico e humano, com o risco de não compreendê-lo; e por outro lado, a análise não será geográfica.

Em resumo, não deve haver separação entre Geografia Física e Geografia Humana. Os conceitos básicos de uma e de outra devem sustentar as análises temáticas, e na medida em que forem significativos devem ser aprofundados para que seja realizada uma análise globalizada.

Finalmente, deve-se levar em conta, ao estudar a Geografia, que a simples descrição do espaço restringe-se a apenas um momento da análise geográfica. A descrição é fundamental para a análise, pois ela permite identificar e reconhecer as várias mudanças do espaço. Mas assim como não se pode ficar na descrição apenas, não se pode também descrever o espaço todo. As relações no mundo se complexificam e o tornam cada vez mais interligado, ao mesmo tempo em que pelo avanço dos meios de comunicação pode-se acumular cada vez mais um volume espantoso de informações. As descrições e o uso das informações se tornam impossíveis de serem apreendidas em sua totalidade. Há que se selecionar o que pode e deve ser estudado.

O critério de seleção/delimitação do que estudar em Geografia não deve ser o tradicional critério geológico – geomorfológico. Não há mais sentido isolar os continentes para estudá-los, eles não têm identidade em si próprios que os diferencie essencialmente entre si. O novo arranjo mundial não se assenta exclusivamente no critério físico, embora ele possa estar presente. A organização em mercados comuns, por exemplo, demonstra isto.

Neste nível de raciocínio, o critério de seleção/delimitação do conteúdo deve estar referido a temas, enunciados o mais das vezes por problemáticas que vão ser situadas em um espaço e num tempo. Para isso, deve-se ter a referência da cartografia. As noções de cartografia devem ser constantemente trabalhadas, não como um conteúdo em si, mas como um instrumento capaz de permitir que se conheça e represente o espaço estudado.

O mapa é o instrumento fundamental, capaz de proporcionar as informações que se precisa e capaz, por outro lado, de fazer as representações que se pretende.

A linguagem cartográfica, como tal, exige também uma alfabetização, para que se possa entender e incorporar as habilidades deste modo de expressar a realidade. O aluno deve passar por um processo de compreensão do que sejam estes símbolos e ser capaz de usá-los. Para conseguir ler e compreender um mapa é preciso também saber construí-lo. Portanto os trajetos, percursos, os desenhos da sala, da casa, da planta da escola, do bairro, etc... vão permitir ao aluno que se familiarize com as formas de representação e com as possibilidades de usá-las, como uma linguagem adequada a compreender o espaço. Hoje, com a cartografia informatizada, melhora-se este instrumental que não é de modo algum o conteúdo de Geografia, mas o meio, o instrumento apenas. E como tal, fundamental na análise geográfica.

METODOLOGIA

Na metodologia reside a grande possibilidade de encaminhar um estudo coerente com a realidade do mundo atual. Deve-se, portanto, superar a leitura pura e simples do texto e o questionário para responder; assim como deve-se dar conta de usar as informações como instrumento para a compreensão da realidade que o espaço expressa.

É preciso compreender o espaço construído pelos homens como resultado de um jogo de forças e de poder entre os homens, e destes com a natureza. É preciso conhecer as formas como se associam nos diversos lugares os fenômenos físicos e humanos em si e entre si, e conseguir explicar as paisagens resultantes.

É fundamental um conhecimento cada vez mais preciso do espaço terrestre, das possibilidades que o ambiente natural coloca e das condições que os homens têm de construir o seu espaço.

As informações são, como já foi dito, os meios com os quais se vai poder pensar o espaço, compreendê-lo e buscar as alternativas para transformá-lo. Mas para além destas (de sua memorização), cabe ao ensino de Geografia algo que seja mais permanente, pois as informações são, de um lado, passageiras e temporárias, e de outro, oportunizadas à todos de um modo mais eficaz pelos meios de comunicação.

A Geografia deve dar conta também da formação de determinadas competências e habilidades. Competência para que se possa verificar no aluno a sua capacidade de fazer a leitura do espaço, de que consiga organizar o seu saber, oriundo do senso comum, diante do saber cientificamente produzido e repassado ou pelo livro-didático, pelo mapa ou pelo professor, criando um novo conhecimento próprio, que resulte da interlocução dos saberes. Habilidades no sentido de conseguir se orientar no espaço, enfim, de saber trabalhar com a linguagem cartográfica.

A noção de espaço é uma das categorias essenciais de pensamento. E como pensamos, cada vez mais, basicamente por meio de imagens espaciais, a orientação é fundamental no ensino da Geografia. A orientação vai muito além do saber onde nasce o sol, e de qual a distância que precisa ser percorrida para ir de um lugar a outro. Ela é vista também de modo mais complexo, ligado à noção de espaço, de tempo, de custos, de eficiência, na comunicação.

Esta orientação é dada, é construída a partir da percepção que o aluno tem do seu lugar no mundo, e guardados os níveis de escala que ele seja capaz de compreender.

A análise geográfica supõe que se faça o estudo da realidade considerando certos critérios que são dados pelo referencial teórico e por um método de trabalho. Este assenta em determinados aspectos que são fundamentais, tais como: a observação direta das paisagens, ou de figuras que representam espaços, fotos, pinturas e mapas.

É na análise de apreensão do espaço geográfico que as descrições, as observações, devem servir para qualificar as explicações dando-lhes as informações que vão justificar seu estudo. Ao invés de uma simples memorização de informações, estimular-se-á no aluno a capacidade de pensar criticamente através da Geografia. A educação não é mais ensinar regras, decorar definições etc. As definições mudam a cada instante. São facilmente superadas.

Importante se faz, considerar os conhecimentos que o aluno traz consigo, do que conhece da sua realidade e permitir-lhe o acesso aos instrumentos para a compreensão teórica e a interligação com o conhecimento cientificamente produzido.

É dado inquestionável que o homem, por conta de sua inteligência, atua sobre o meio em que vive, transformando-o continuamente, criando sempre novos instrumentos, no intuito de desvendá-los, dominá-lo e colocá-lo a serviço de seu bem-estar. Cria sempre novos meios, novos instrumentos, novos conhecimentos que o auxiliem no desempenho de suas atividades. São processos, métodos, técnicas e tecnologias sempre renovados. Perceber a presença da tecnologia no cotidiano de nossas vidas e da Geografia já é uma realidade. Basta olhar para os inúmeros aparelhos e máquinas que nos rodeiam.

É cada vez mais freqüente, também o uso da Cartografia Automatizada na produção final de mapas, e o uso do Sistema de Informações Geográficas. Da mesma forma, a linguagem e a operacionalidade computacional têm-se revelado como instrumentos técnicos muito empregados no conhecimento científico. É recomendável valer-mos desta tecnologia no processo de ensino, propiciando ao aluno maiores possibilidades de interpretação do mundo atual.

Diante, pois, das muitas alternativas que a moderna tecnologia coloca à disposição do ensino, em geral, e da Geografia em particular, não se pode prescindir deste rico instrumental, sob pena de comprometer toda uma geração.

O aproveitamento da tecnologia pela escola e, principalmente, pelos professores de Geografia, no desenvolvimento de sua profissão, ajudará, por certo, na ampliação do horizonte dos alunos, por imprimir, ao trabalho pedagógico, um ritmo mais dinâmico e uma dimensão mais atual.

Envolver-se em estudos e debates sobre o assunto, refletir para que servem estas tecnologias, são oportunidades que trarão, ao professor de Geografia, novas e múltiplas possibilidades pedagógicas, e, por conseguinte, melhores resultados.

Acreditando na capacidade do professor de desenvolver a sua autonomia e conduzir ele próprio o seu trabalho, as reflexões a seguir encaminham possibilidades de realizar a operacionalização da prática de

sala de aula.

Os temas sugeridos são abertos e podem ser relacionados ou ampliados na medida do conhecimento da realidade dos alunos, da comunidade escolar e do Projeto Político Pedagógico da Escola.

Apresenta-se, a seguir, exemplo de tratamento de um tema que poderá ser trabalhado em todos os níveis de ensino:

1 – TEMA: A INDÚSTRIA DE SANTA CATARINA

2 – PROBLEMÁTICA

A Indústria de Santa Catarina é diversificada e produz espaços regionalizados distintos entre si, organiza a economia e coloca o Estado em evidência no contexto da Formação Sócio Espacial Brasileiro. É uma indústria de bases tecnológicas avançadas, e ligada às condições naturais que o Estado oferece, e às etnias que a constituíram.

3 – CONCEITOS POSSÍVEIS PARA DESENVOLVIMENTO

- industrialização
- mão-de-obra
- tecnologia
- processo industrial
- recursos naturais
- região industrial

Obs.: os conceitos serão construídos a partir das discussões e análises realizadas com os alunos. Nunca tirados do livro e ditados para memorizar.

4 – ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Coletar folhetos informativos das várias indústrias de Santa Catarina;

Organizar um painel que identifique os vários tipos de indústria, mostrando as suas características e localização;

Fazer um mapa de Santa Catarina indicando a sede de cada indústria, e a área de influência;

Fazer um mapa do Brasil, do Cone Sul da América do Sul, da América ou do Mundo, indicando o destino da produção;

Escolher uma indústria a ser visitada (organizar o planejamento da visita);

Construir maquetes da indústria visitada;

Pesquisar sobre a origem da indústria

- a importância econômica para o município
- a importância econômica para a região
- a importância econômica para o Estado
- a importância econômica para o Brasil

Verificar em que outros lugares do Brasil existem os tipos de indústrias estudadas;

Procurar nos livros de Geografia o que existe sobre indústria e analisar.

Estabelecer comparações com o processo de industrialização do início da Revolução Industrial e da industrialização brasileira.

Discutir a importância da indústria para:

- a população
- a economia
- na questão ambiental
- no desenvolvimento tecnológico

Levantar temas possíveis de serem estudados a partir das discussões gerados.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Educação Infantil

Nesse momento da escolaridade, se espera da Geografia que introduza no universo da criança a discussão de determinados conceitos que são fundamentais tanto para dar as bases ao aprendizado da Geografia quanto a que ele aprenda a situar-se no mundo da vida.

A questão básica é trabalhar a noção de identidade e pertencimento do aluno ao grupo. Os conceitos básicos a serem trabalhados, e dos quais decorrerão outros, são: o espaço, o tempo, o grupo em que vivem os alunos.

Os jogos de casinha, jogos com bola, brincadeiras, dramatizações, histórias infantis, passeios, e outras (que podem ser encontradas na orientação bibliográfica, ou podem ser criadas pelo professor, de acordo com a realidade de seu aluno) servem para desenvolver noções de limite, espaço ocupado, espaço de relações, duração, distância, tamanho, lugar, orientação, grupo envolvido.

Fazer a atividade, realizar conversas para planejá-las e avaliá-las, fazer a representação por desenhos (pré-mapas) contar a história do que foi feito, dramatizar, são atividades lúdicas, motivadoras, do aprendizado que se quer neste momento.

Ensino Fundamental

O período inicial de escolaridade é o momento, por excelência, do processo de alfabetização da criança. A Geografia contribui, junto aos demais componentes da área de ciências sociais, para possibilitar o acesso ao conteúdo no processo de alfabetização, ao aprender a ler e escrever o mundo da vida.

A Geografia é a disciplina que permite decodificar a realidade sob o olhar espacial, na medida em que o aluno contrapõe ao conhecimento que ele traz consigo os conceitos cientificamente elaborados, produzindo então o seu próprio conhecimento.

O papel fundamental da Geografia nesta fase é construir estes conceitos utilizando-se das informações da própria realidade, considerando o espaço vivenciado e visível. Este é o momento de concretizar e complexificar a busca da identidade do aluno e a sua situação no mundo social.

É o momento também de desenvolver as bases da linguagem cartográfica realizando atividades referentes a percursos, trajetos, incorporando as noções de escala, legenda e orientação.

A representação do espaço vivido pelo aluno permite a ele ser um aprendiz do processo de construção de mapas, ao elaborá-los (a partir dos pré-mapas). É só a partir de ele saber fazer, ser um mapeador que ele conseguirá percorrer o processo de abstração que lhe dará a capacidade de ler e analisar o mapa pronto que lhe é apresentado. O processo de construção dos conceitos é na prática o avanço sucessivo que o aluno é capaz de realizar ao conhecer e interpretar a realidade, fazendo as abstrações, construindo códigos que intermedeiam a realidade concreta no que ela é. É a abstração capaz de expressar o espaço mental, para além do espaço concreto, vivido. Esta construção não é um processo linear, mas contraditório, pois ao ir e vir se acrescenta a cada passo, maior complexibilidade no caminho para a abstração e a possível representação do espaço concreto.

Este é o momento da escolaridade em que o aluno vai estudar o lugar em que vive, contextualizado nos demais níveis da escala de análise.

Como temas podem-se considerar:

- Quem são os homens que vivem nesse lugar?
- Como eles se organizam (tipos de grupos)
- Como são as condições do lugar em que se vive; (meio ambiente, infra-estrutura urbana e social)?
- Como é o espaço produzido pelo homem neste lugar?
- Quais são as atividades que essas pessoas exercem?
- Quais as paisagens, desses lugares em que se vive, como aparência dos processos sociais e das relações da sociedade com a natureza?

O município como um lugar de vivência pode ser considerado o objeto de estudo nesse momento. Ele pode constituir a fonte de informações e o campo a ser trabalhado. Por exemplo: ao estudar o município em Santa Catarina (como de qualquer outro Estado) deve-se considerar o espaço local e a sua posição no espaço maior, isto é, no interior do Estado e do Brasil.

A caracterização do lugar decorre de elementos internos e do fluxo de relações. Este não é necessariamente oriundo do espaço circunvizinho, pode ser de áreas mais distantes com as quais o município mantém relações. O mundo globalizado não supõe, necessariamente, um espaço linear e contínuo, mas é um espaço de relações. Cada lugar assume as características e tem paisagens específicas, pois é ali, no lugar concreto, que as questões globais se materializam.

É o momento de considerar, nesta perspectiva, o município, a região da qual faz parte, do Estado enfim. Portanto, o município como um lugar, pode ser considerado, no seu conjunto, e/ou aspectos dele (as comunicações, a industrialização, urbanização, etc.) ou partes dele, tais como, a cidade, o bairro, a rua, a comunidade local, os distritos, a igreja, o clube, o comércio, a escola, o sindicato, as agremiações esportivas, as relações entre os bairros da zona rural com a cidade.

Mas na perspectiva geral, um município do litoral, ou da área central do Estado, que é um município *interno*, no sentido de ter como circunvizinhança apenas outros municípios assemelhados, ou do oeste, na fronteira com a Argentina, vão apresentar uma dinâmica social e seu espaço construído, características diferenciadas entre si. Embora a lógica que preside o desenvolvimento seja a mesma, cada lugar reage a partir de suas particularidades, de sua dinâmica interna, a partir do jogo de forças, dos fluxos internos e externos.

A identidade de cada um, é portanto, resultado desta situação/localização absoluta, que trazem as marcas do lugar. Estas, em contraposição com as possibilidades de localização relativa geradas a partir, principalmente, dos avanços das comunicações e das possibilidades de relações econômicas, culturais criam espaços diferenciados.

O município como um lugar específico deve ser considerado como o resultado do jogo de forças internas e externas. É um lugar do mundo. Pode-se dizer que determinado município é um lugar situado no espaço e no tempo da história de Santa Catarina e por decorrência da História do Brasil. Para compreender o o Estado Santa Catarina, o município, é fundamental que se conheça, no sentido de estudar para além dele, o Brasil e o Mundo. Portanto ao estudar qualquer município deve-se reconhecê-lo na sua referência aos demais municípios, ao Estado de Santa Catarina, mas também aos demais Estados, e na medida em que seja pertinente, ao Brasil e às demais regiões nacionais e/ou internacionais (caso do Mercosul). Na medida em que se avança nas séries, os temas devem ser tratados de modo mais aprofundado e complexo, mais problematizado.

Ao finalizar as séries iniciais, o aluno deverá ter organizado o conhecimento do seu mundo cotidiano, na perspectiva do seu município de moradia, da região do Estado e da sua inserção local e regional no Estado. Terá as bases para desencadear o estudo de Santa Catarina como uma Unidade da Federação, na qual vive, com suas especificidades regionais e sua integração no espaço brasileiro e sul-americano.

O fundamental é desenvolver determinados conceitos (acima referidos), a partir de temas que sejam significativos para a turma e para o momento. Os temas escolhidos até podem se repetir, nas várias séries, sendo no entanto interessante aprofundá-los mais, conforme a capacidade do aluno.

O tema pode ser selecionado a partir da vivência do aluno, sendo escolhido aquele que fica mais perto dele. Perto, no sentido de interesses, e não de lugar/espaço em si.

Neste caminho o aluno dará início ao aprendizado do que seja a linguagem cartográfica, fazendo desenhos, percursos, trajetos, plantas, aprendendo a fazer o mapa (pré-mapa), a legenda, a escala. Vai desenvolver a capacidade de compreensão do que seja a orientação, a localização, as distâncias. Para isso trabalhará com a sua rua, o campo de futebol, a escola, a praça, a circulação de produção e de pessoas, os meios de transporte...

É interessante conhecer as paisagens que se pode ver e observar, e o espaço construído expresso pela questão do meio ambiente, das áreas de risco, do lixo, e demais problemas afins. Também diversas formas de associação em que os homens se agrupam, as várias instituições que existem.

Na 5ª série o aluno já possui habilidades que lhe permitem avançar na compreensão de problemáticas mais complexas, centrando o estudo no Brasil a partir da análise de Santa Catarina.

Estudar o Estado catarinense significa estudar o espaço e a história do Brasil, situada num

determinado tempo e lugar. O estudo deve considerar o conjunto do território, fazendo-se a análise globalizada e regionalizada; quer dizer, Santa Catarina referenciada ao Brasil e ao conjunto do seu desenvolvimento e nos espaços característicos regionalizados internamente.

A análise deve estar centrada num tema e não num espaço circunscrito, ou melhor, deve partir de problemáticas.

Por exemplo, o tema industrialização de Santa Catarina deve considerar a sua participação no contexto nacional. É significativo compreender o tipo de industrialização, o nível tecnológico, o mercado que atende, a mão-de-obra envolvida, a capacidade de desenvolvimento industrial brasileiro. Em outras palavras, qual é o papel da indústria de Santa Catarina no contexto da industrialização nacional.

A nível regionalizado, deve-se perceber quais são os espaços industriais significativos que geram regiões industrializadas no interior do Estado. Por exemplo, o pólo metal-mecânico, a indústria têxtil, a agroindústria (integrados), a cerâmica e o extrativismo mineral, o setor moveleiro, o madeireiro, o turístico, a colonização, as etnias, os conflitos regionais além de outros.

Estes são exemplos que devem ser considerados no sentido de se perceber como cada aspecto/fenômeno se regionaliza gerando o avanço de desenvolvimento do conjunto do Estado.

Ainda no caso da indústria deve-se considerar as bases nas quais se origina e desenvolve o processo. Se é uma indústria ligada ao meio natural deve-se ir a fundo no sentido de perceber quais as condições que a natureza oferece, e estudar o físico a partir daí. No outro ponto a indústria de base tecnológica deve estar referida aos centros tecnológicos que podem estar no local, ou em outros pontos do Brasil ou do mundo, sendo parte de um processo de relações que são internos e externos.

O estudo pode ser feito a partir de folhetos informativos sobre a indústria, partindo deles para desencadear todo o processo. Buscar em bibliografia específica-livros, artigos em periódicos e jornais, em revistas especializadas, as informações e análises referentes ao fato industrial. É interessante considerar o tipo de indústria de Santa Catarina que seja significativa no Brasil e a partir daí verificar quais os espaços regionais e municipais que ela ocupa, como ela integra o espaço de Santa Catarina e quais as suas características, ou de outra forma, partir daquele tipo de indústria que é importante no lugar onde mora o aluno, para desencadear o estudo.

Na seqüência deve ser considerado o tipo de produto, o destino da produção, a mão-de-obra envolvida e, a partir desses dados, as relações nacionais e internacionais, seja de transferência, ou de criação de tecnologia, seja de destino final do produto, ou mesmo de parcerias em qualquer das fases.

Delineia-se toda a teia de relações que são econômicas, mas que são significativamente sociais e culturais também e que produzem um espaço marcadamente característico.

Este é um tema sugerido. Há outros que podem ser trabalhados também, como a urbanização, a agricultura, a questão fundiária, a questão indígena, os transportes, a circulação em geral, a cultura, o turismo, a migração, as riquezas naturais e sua exploração ou potencialidades.

Cada tema deve relacionar-se com o fenômeno em nível de Brasil e internacional, não descuidando nunca da abordagem nos vários níveis da escala de análise.

Os aspectos de orientação devem ser referidos nesta etapa, no sentido de resgatar os conceitos básicos trabalhados nas séries iniciais e para dar continuidade com a ampliação, aprofundamento e complexificação. Pode ser o momento inclusive de discutir os conceitos de espaço para além da realidade concreta do espaço vivido, considerando outros níveis de espaço. Porém deve-se ter o cuidado de observar que estes aspectos são de orientação, e como tais são instrumentos para dar conta de uma aprendizagem mais significativa que a simples informação.

Enfim, estudar Santa Catarina significa considerar espaços diferenciados: o Estado como Unidade da Federação, mas ao mesmo tempo entrecruzando-se com o espaço nacional e o espaço local de vários municípios e regiões no interior do Estado. Deve-se buscar o entendimento do espaço catarinense, resultante do tipo de homens, de grupos sociais que aí se instalaram e do tipo de economia que desenvolvem e de relações sociais e culturais que produzem.

Na 6.^a série é o momento de considerar o estudo do Brasil como ponto de partida e interligar com aspectos do mundo. Deve ter a continuidade em sua iniciação na linguagem cartográfica, trazendo consigo as habilidades necessárias para a construção e leitura de mapas. É o momento de complexificar o aprendizado dos conceitos básicos da Geografia e os demais conceitos decorrentes, que as condições da sua realidade exigem.

Retomando aspectos já referidos, o aluno deve continuar na sua instrumentalização para aprender a pensar e se posicionar diante dos fatos do mundo da vida, sabendo, inclusive, transitar no espaço em que vive. Estudando o Brasil, estará considerando o espaço construído do território brasileiro como resultado da história dos homens que aqui vivem.

Estudar o espaço brasileiro supõe partir da realidade que se vive, isto é, a realidade do Estado de Santa Catarina, e considerar o conjunto do território brasileiro fazendo a análise globalizada e regionalizada.

O estudo do Brasil deve estar centrado, em temas/problemas, e a partir daí deve-se fazer a análise do fenômeno como se apresenta no conjunto do território e de que modo ele é regionalizado.

A idéia de formação sócio-espacial deve permear todo o trabalho, pois o aluno tem que entender o Brasil no seu processo de formação e na sua situação atual.

Temas com possibilidade de serem desenvolvidos: a constituição da população brasileira e a ocupação do território nacional (processo de colonização – etnias/cultura, estrutura e dinâmica da população); organização da população e a apropriação da natureza; distribuição da população e a atividade econômica; circulação de mercadorias, pessoas e idéias; divisão social e territorial do trabalho; a questão ambiental no Brasil; o Brasil no MERCOSUL.

Nas 7.^a e 8.^a séries deve-se, a partir da Formação Sócio-Espacial brasileira, considerar os aspectos e questões relevantes do continente e do mundo em sua relação e interligação com o Brasil. Cada questão estudada deve ser situada nas várias regiões onde elas acontecem, e vê-las além desta localização geográfica, onde mais aconteceu e como é a posição do Brasil em relação a elas.

Os temas podem ser: o Brasil e os grandes mercados mundiais (o caso do Mercosul, Globalização); as organizações mundiais e o posicionamento do Brasil (ONGs, BIRD); a questão da energia e as condições de produção e consumo no Brasil; o meio ambiente e as relações internacionais; geopolítica e o espaço do poder; a urbanização e o desenvolvimento econômico; a pobreza urbana e a questão agrária no Brasil; conflitos étnicos, sociais, culturais, econômicos.

Ao concluir o ensino fundamental o aluno deve conhecer a realidade em que vive, considerando o seu espaço próprio, seja em nível de comunidade, de município ou de Estado, seja em nível de Brasil na sua formação sócio-espacial e nos seus aspectos regionalizados, ou nas questões mundiais que tenham significado.

O aluno deve ser capaz de realizar a leitura de mapas nas mais variadas escalas, dimensionando os espaços e redimensionando as relações que produzem o espaço geográfico. Deve reconhecer quais são os espaços característicos do Brasil, e entender as relações internacionais e a posição brasileira.

Ensino Médio

Nesta fase o aluno precisa entender o mundo, no contexto de sua globalização. Este mundo é o das relações de trabalho, sociais, culturais, que ao mesmo tempo possuem dinâmicas próprias e também são inter-relacionadas.

O aluno precisa ser preparado para o mundo do trabalho, pois se vive atualmente num processo de constantes transformações, e nesse sentido a Geografia, no Ensino Médio, deve contribuir para que o aluno acompanhe o processo de transformação e os novos modos de organização das economias, das populações e dos espaços.

É a partir do entendimento da realidade global que se vai proporcionar elementos para que os alunos questionem esta realidade.

Para que a Geografia se torne significativa tanto para o professor quanto para o aluno, é preciso que os conteúdos desenvolvidos pela disciplina proporcionem o entendimento da realidade presente. Este entendimento passa pela abordagem do processo em sua totalidade, não de forma fracionada, mas também passa pela relação do local-global.

Quanto à compreensão e tratamento do espaço geográfico, o mesmo deve ser encarado como produto do trabalho de homens históricos, no desvendamento da lógica de sua produção. E assim colocado, o espaço deve ser concebido considerando que se trata de uma das lutas pela moradia, sobretudo para aqueles que vivem nos meios urbanos; um espaço que reflete as desigualdades sociais, na medida em que uns detêm a sua posse e a maioria não; é um espaço onde a natureza é tida como parte presente e integrada ao trabalho, em particular para aqueles que vivem no meio

rural. Assim concebido, o espaço geográfico é inegavelmente um espaço político, palco de intensas e conflituosas relações sociais. (...)Ao se trabalhar os conteúdos nessa perspectiva, fica evidenciado que sociedade e natureza podem e devem ser tratadas em conjunto, e não separadamente uma após a outra. (SANTA CATARINA, Proposta Curricular – 1991)

Com isso, a Geografia, no Ensino Médio, deve dar continuidade ao processo iniciado no Ensino Fundamental, contribuindo para a formação efetiva do aluno, e assegurando o entendimento do processo de produção da sociedade em que vive.

Nesse sentido,

... Não se trata, portanto, de ensinar ao aluno a fazer funcionar uma máquina e sim ir além, de forma a assegurar-lhe conhecimentos mais amplos que lhe permitam apropriar-se de informações que dêem conta do processo de produção na sua totalidade. Se por um lado a Geografia não irá tratar de questões ligadas à mecânica ou à metalurgia, tratará de conteúdos que são parte de sua especificidade e que permitirão os educandos apreenderem o processo de produção como um todo. (...)Ao se trabalhar os conteúdos nessa perspectiva, fica evidenciado que sociedade e natureza podem e devem ser tratados em conjunto, e não separadamente uma após a outra. (SANTA CATARINA, Proposta Curricular-1991)

Sociedade concreta, formada por homens reais, constituída de conflitos e contradições.

Reais como os professores e os alunos. Reais e concretos porque históricos, trabalhadores e portanto produtores daquele que é o objeto de ensino na Geografia: o espaço. Assim, o ponto de partida e de chegada no encaminhamento dos conteúdos de Geografia não pode ser outro que não o espaço real e vivido pelos professores e alunos. Espaço como um todo, que envolve não só a sociedade como também a natureza. (...)A natureza deve ser analisada no seu conjunto, onde os seus elementos interagem dentro de um equilíbrio dinâmico. A alteração de uma parte implica em alterações nas demais partes e no todo. Natureza como fonte de recursos, e também como fonte de acumulação de riqueza. E assim o sendo, solo, água, vegetação, minerais e animais são entendidos como riquezas que beneficiam apenas uma minoria de nossa sociedade. E na medida em que buscamos contribuir para o desenvolvimento da cidadania, o modelo de apropriação e aproveitamento dos recursos naturais em nosso País deve ser um entre os diversos temas de debate e questionamento em sala de aula, tendo em vista a melhoria das condições de vida da grande maioria da população. (SANATA CATARINA, Proposta Curricular – 1991)

Uma vez, os alunos instrumentalizados para o exercício da cidadania,

... julga-se pertinente que o trabalho com os conteúdos também se dê ao nível da produção do conhecimento. Nesse sentido, os trabalhos com mapas e aqueles envolvendo a pesquisa de campo, além dos mais recentes trabalhos desenvolvidos pelas Universidades devem estar presentes em sala de aula através da interpretação de textos, debates, palestras, visitas de campo, apresentação de trabalhos realizados pelos alunos, entre outros.(SANTA CATARINA, Proposta Curricular-1991).

Neste sentido, para o Ensino Médio propõe-se os seguintes temas: a Geografia como ciência; o espaço para além da Terra; a conquista do espaço e as novas tecnologias para conhecê-lo e representá-lo; as questões de orientação; relações de Poder; a fome no mundo; Divisão Internacional do Trabalho; a Terceira Revolução Industrial; Tecnologia e Meio Ambiente; Urbanização – Oriente e Ocidente (aspectos culturais, econômicos e religiosos); Mercado Financeiro; América Latina/Ásia/África no contexto do mundo atual; os Sem-Terra e a questão agrária; conflitos étnicos; a urbanização e a distribuição da população; circulação de mercadorias.

O estudo de Santa Catarina no ensino médio deve ser realizado do modo como está proposto para o Ensino Fundamental, resguardando a complexidade e o aprofundamento das questões.

A Unidade de Federação – Estado de Santa Catarina – ao ser estudada deve referir-se à formação sócio espacial brasileira por seu âmbito mais geral, e às várias formas de regionalização que existiam. Isto

pode ocorrer ao se considerar temáticas possíveis de serem desenvolvidas e que englobou as questões significativas para que se entenda o nosso Estado.

Os temas podem ser os seguintes: o Estado de Santa Catarina no processo de globalização (especialmente a questão do MERCOSUL); o processo de ocupação econômica, a distribuição da população de Santa Catarina e o processo de apropriação de natureza; o desenvolvimento econômico e a indústria; o Turismo e os recursos naturais; o Contestado – uma questão regional no reordenamento da população; a questão indígena e o acesso à terra.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Angela Maria Vieira de. **Escala de mapa; passo a passo do concreto ao abstrato**. São Paulo: Orientação, (6): 39-48, nov. 1985.
- ANAIS do II Encontro de Cientistas Sociais: **problemática regional e aportes para o futuro**. Chapecó: UNOESC, 1995.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo: Contexto, 1988. (Repensando a Geografia).
- _____. **O planejamento regional e o problema agrário brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1976.
- _____. **Geografia: Ciência da Sociedade**. Ed. Atlas: São Paulo, 1987.
- _____. **Uma Geografia para o Século XXI**. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. **Caminhos e Descaminhos da Geografia**. Campinas. Papyrus, 1989.
- ANTUNES, Aracy do Rego et al. **Estudos Sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1993.
- ALVAREZ, José Estibanez. **Globación Económica y Enseñanza de la Geografía**. In: Didáctica Universitaria, Comisión de Docencia. Universidad de Sevilla: Sevilla, 1995.
- ATLAS de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo : HUCITEC, 1996.
- BOSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro**. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.
- BROEK, Jan O.M. **Iniciação ao Estudo de Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- CALLAI, Helena Copetti. **Espaço de Poder ou o Poder do Espaço**. Contexto e Educação. Ijuí: Ed. UNIJUI, V.3, p. 25-32. 1986.
- _____. **Geografia – Um Certo Espaço, Uma Certa Aprendizagem**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1995.
- _____. **O ensino de Geografia**. (org.) Ijuí (RS): UNIJUI Editora. 1986.
- _____. **Os Estudos Sociais nas séries iniciais**. In Callai, H.C. (org.). O ensino em Estudos Sociais Ijuí (RS): UNIJUI Editora, 1991.
- _____. **Os Estudos Sociais e a Noção da Construção de Espaço**. Espaços da Escola. Ijuí. V. 7, p. 5-12, 1992.
- _____. **O Lugar na Geografia e as Monografias Municipais**. Cadernos UNIJUI. Série Ciências Sociais, 06, 1997.
- _____. **O ensino de Geografia** (org.) Ijuí (RS) Livraria Unijuí Editora. 1986.
- CALLAI, Helena Copetti & ZARTH, Paulo Afonso. **O Estudo do Município e o Ensino de História e Geografia**. Ijuí (RS): Unijuí Editora. 1988.
- CALLAI, Helena Copetti & CALLAI, Jaeme Luiz. **Grupo, Espaço e tempo nas Séries Iniciais**. Porto Alegre: Boletim Gaúcho de Geografia. V 21, p. 99-108, 1996.
- _____. **O Espaço e a Geografia na Obra de Rousseau – O “Emílio”**. Ijuí: Editora UNIJUI, 1996
- _____. **Fichas metodológicas para o ensino de Geografia e História**. Cadernos UNIJUI. Série Ciências Sociais 05, 1997.
- CARRETERO, Mário & outros. **La enseñanza de las Ciencias Sociales**, Madrid: Espanha Aprendizaje, VISOR, 1989.
- CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – Currículo Nacional, ano II nº 5, janeiro/97.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. **O Lugar no /do mundo**. São Paulo: HUCITEL, 1996.
- CARRAHER, David W. **Senso crítico do dia-a-dia às ciências humanas**. São Paulo: Pioneira, 1983.
- CENTRO de Organizações da Memória Sócio-Cultural do Oeste. **Para uma História do Oeste Catarinense: 10 anos de CEON**: UNOESC, 1995.
- CORREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- CUNHA, José Idalvo. **O Salto da Indústria Catarinense**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- D’EÇA, Othon. **Aos espanhóis confiantes**. Florianópolis: UFSC, 1992.
- DURAN, Diana & outros. **Los cambios mundiales y la enseñanza de la Geografía**. Buenos Aires – Argentina: Editorial TROQVEL, 1993.
- _____. **Geografía y Transformación Curricular**. Buenos Aires – Argentina: Lugar Editorial, 1996.

- ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. São Paulo, Cortez, 1994.
- FINOCCHIO, Silvia. **Enseñar ciencias sociales**. Buenos Aires – Argentina: Editorial TROQVEL, 1995.
- FUKUI, Lia F.G. **Sertão e bairro rural**. São Paulo: 1972.
- GARAY, Dirce m. Suerte. **O que ensinar em Geografia Física ?** Espaços da Escola., Ijuí: Ed. UNIJUÍ (RS), jan/mar, p 14-24, 1996.
- GEORGE, Pierre. **Geografia econômica**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **Sociedade em mudança: introdução a uma geografia social do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GOLDENSTEIN, Léa & SEABRA, Manoel F.G. **Divisão territorial do trabalho e nova regionalização**. Separata da Revista do Departamento de Geografia. São Paulo (1): 21-47, 1982.
- GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da Terra**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- _____. **Reflexões sobre a geografia e educação, notas de um debate**. São Paulo: 1984. Palestra realizada na CENP em set. 1984. Mimeo.
- GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Geográfico**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Vóos).
- GREGORY, Derek, MARTIN, Ron & SMITH, Graham. (Org.) **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- GROSSI, Esther Pillar BORDIN, Jussara (org.) **Construtivismo Pós-Piagetiano: Um novo paradigma sobre aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. **Paixão de Aprender**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Cartografia no Ensino de Primeiro Grau**. In: CALLAI, H.C. O Ensino em Estudos Sociais Ijuí (RS): UNIJUÍ Editora, 1991 p. 73-88.
- HEINSFIELD, Adelar. **A formação das fronteiras entre o Brasil e a Argentina: A questão de Palmas e a colonização germânica no Baixo Vale do Rio do Peixe SC (1913-1949)**. Porto Alegre: PUC, 1994. (Dissertação de Mestrado em História).
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: 1989.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- JOCHEEM, Toni Vidal. **Pouso dos Imigrantes**. Florianópolis: Papa Livros, 1992.
- KOZEL, Salette; FILIZOLA, Roberto. **Didática de Geografia: memórias da terra: o espaço vivido**. São Paulo: F.T.D., 1986.
- LACOSTE Yves. **A Geografia – Isso Serve, em primeiro lugar para fazer a guerra. Campinas**. São Paulo: Papirus, 1988.
- _____. **Liquidar a Geografia: Liquidar a Idéia Nacional ?** In: VESENTINI, J. W. (org.) Geografia e Ensino – Textos Críticos, Campinas (SP): Papirus, 1989. P.31-82.
- LACOSTE, Yves. **Geografia subdesenvolvimento, geopolítica de uma crise**. São Paulo: Difel, 1985.
- LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina. Dimensões e perspectivas**. Florianópolis. UFSC, 1978.
- LEFEBVRE, Henri; **Critique de la vie quotidienne II**, Fondement d'une sociologie de la quotidiennete Paris: L'Arche Éditeur, 1980 – pag. 83.
- LEITE, Lígia S. (org.) **Tecnologia educacional – Descubra suas possibilidades na sala de aula**, Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- LINS, Hoyêdo Nunes. **Economia Política do Turismo: apontamentos sobre Santa Catarina**. São Paulo: ANPEGE, 1995.
- MARQUES, Mario Osório. **A Formação do Profissional de Educação**. Ijuí (RS): Ed. UNIJUÍ, 1992.
- MARTINS, Vanessa G. Dutra. **História da Iha de Santa Catarina para Crianças**. Florianópolis: Papa Livro, 1994.
- MENDOZA, Josefina Gomes, JIMENEZ, Julio Munõz, CANTERO, Nicolas Ortega. **El Pesamiento Geográfico**. Madrid: Aianza Universitária, 1982.
- MESQUITA, Zilá & BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) **Territórios do Cotidiano, Santa Cruz do Sul (RS)** Editora da Unisc, Porto Alegre (RS): Editora da Universidade-UFRGS, 1995.
- MIGUEL, Antonio & ZAMBONI, Ernêsta. (Org.) **Representações do Espaço**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MORAN, José Manuel. **Educação, meios de comunicação e conhecimento**. In: XXV SBTE (1993). Tecnologia Educacional, v. 22, p. 113-114, jul./out 1993.
- MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 10, ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **O discurso do avesso; para a crítica da geografia que se ensina**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- _____. **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Ensino de Geografia: Horizontes no final do século**. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 72, São Paulo: 1994. P-3-27.
- PAGANELLI, Tomoko Iyda. **Iniciação às Ciências Sociais: Os Grupos, Os Espaços, Os Tempos** In: Geografia, Política e Cidadania – Terra Livre – AGB, nº 11-12. 1996. P. 225, 236,
- _____. **A noção de espaço e tempo**. Orientação. São Paulo (6). Nov. 1985.
- PEDRO, Joana Maria et al. **Negro em terra de branco: Escravidão e preconceito em Santa Catarina no Século XIX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

- PENTEADO, Heloisa D. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. Coleção Magistério-2º Grau. Série Formação do Professor. São Paulo: Cortez Editora, 1994.
- PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983.
- _____. **A Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1988.
- _____. **A Epopéia Açoriano-Madeirense 1748-1756**. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1992.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RESENDE, Marcia Spyer. **A Geografia do Aluno Trabalhador**. Caminhos para uma Prática de Ensino. São Paulo: Loyola, 1986.
- RIBEIRO, Antônio G. **As novas concepções de Geografia e o seu ensino no 1º e 2º graus**. Boletim de Geografia. UEM, Ano 4, n. 1. Jan. 1986.
- ROCHA, Genylton Odilon Rêgo. **Ensino de Geografia e a Formação do Geógrafo Educador**. In: Geografia, Política e Cidadania – Terra Livre – AGB, nº 11-12, 1996 p 177-188.
- ROSS, Jurandir L. Sanches. (Org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- SANTA CATARINA: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto – Plano de Ação, 1995-1998. Florianópolis, 1995.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, São Paulo: HUCITEC, 1988.
- _____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. **Técnica Espaço Tempo – Globalização e meio técnico – científico informacional**, São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, Milton. **Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxos da economia urbana e suas implicações espaciais**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo (53): 35-61, out. 1982.
- _____. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980. (Geografia: Teoria da Realidade). Secretaria da Educação/Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas: Subsídios para a implantação do guia curricular de Estudos Sociais para o 1º grau- 1ª e 2ª séries. São Paulo: SE/CENP, 1982. 124 p.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação: Proposta Curricular, 1991.
- SILVA, Aracy Lopes da, (org). **A questão indígena na sala de aula: subsídios de 1º e 2º graus**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SOUZA, Sara A. **Açorianos em Santa Catarina: povoamento e herança cultural**. Cadernos de Cultura Catarinense. Florianópolis, 1984.
- SUERTEGARAY, D.M.^a. **O que Ensinar em Geografia Física?** Espaços de Escola. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, ano 4, nº 19, jan./mar. 96. p. 19-24.
- TUAN, YI-FU. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.
- WERLANG, Alceu. **O Processo de Colonização no Oeste de Santa Catarina : a atuação da Cia.Territorial Sul Brasil**. In : Cadernos do CEON, ano 9, n.9. Chapecó: UNOESC, julho de 1995.
- VESENTINI, José William (org.). **Geografia e Ensino-Textos Críticos**. Campinas: Papirus, 1980.
- _____. Et al. **O ensino da Geografia em questão e outros temas**. Terra Livre, nº 2, São Paulo: AGB, Marco Zero, 1987.
- _____. **O que ensinar em Geografia Física?** Espaços da Escola. Ijuí : Ed. UNIJUÍ, jan/mar. 1996, p 14-24.

GRUPO DE TRABALHO

AILTON DOS SANTOS JUNIOR – 13ª CRE/UNIVALI
 ARLINDO DE SOUZA – 4ª CRE/FURB
 DIRCE TEREZINHA SEHNEN -12ª CRE/UNOESC
 FRANCISCO A. DOS ANJOS – 13ª CRE/UNIVALI
 JANETE DA SILVA ALANO – SED/DIEM
 JUARES DA SILVA THIESEN – 8ª CRE/UnC
 LEONEL PIOVEZANA – 17ª CRE/UNOESC
 MARIA DA GRAÇA L. CAMARGO -10ª CRE/UNOESC
 MARISTELA VILLA DE MORAES – 20ª CRE
 MIRIAN LUCY ENGELKE -22ª CRE

COORDENADORA

JANETE DA SILVA ALANO – SED/DIEM

CONSULTORA

HELENA COPETTI CALLAI – UNIJUI